

CONSULTA PRÉVIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE
JARDINS E ESPAÇOS VERDES
PÚBLICOS EM AROUCA

março 2025

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de manutenção e conservação de jardins e espaços verdes públicos na área geográfica do Concelho de Arouca, nas áreas assinaladas nas plantas e documentos anexos ao presente Caderno de Encargos.
- 2 - A prestação dos serviços objeto deste contrato deve obedecer às especificações e condições constantes deste Caderno de Encargos e a efetuar mediante o procedimento de Consulta Prévia previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, CCP), republicado no Anexo III do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, bem como a demais legislação subsidiária.

Cláusula 2.ª

Preço base

- 1 - O preço base, estimado, a considerar para efeitos da prestação de serviços é de **53.430,00€**, com exclusão do IVA, sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos previstos no n.º 1, artigo 47.º do CCP.
- 2 - Nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços sejam superiores ao preço referido no número anterior.

Cláusula 3.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a cumprir integralmente com todas as prestações que compõem o serviço objeto deste procedimento, desde o primeiro dia útil seguinte à data da comunicação (efetuada pelos serviços da entidade adjudicante, via plataforma eletrónica acinGov), da celebração do contrato e no prazo máximo de **12 (doze) meses**, em conformidade com os respetivos termos e condições deste Caderno de Encargos e o disposto na lei, mantendo-se até ao final as condições de preço e serviços oferecidos.
- 2 - O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar os trabalhos que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Possuir os meios humanos e todos os materiais necessários aos trabalhos inerentes à presente prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios), bem como suportar todos os gastos com a sua manutenção e conservação mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;
- c) Tomar as necessárias providências e assumir a responsabilidade pela segurança dos utilizadores dos espaços, nomeadamente com a colocação de avisos, sinais de perigo e restante sinalização necessária inerente à presente prestação de serviços;
- d) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
- e) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- f) Garantir o transporte necessário à deslocação dos meios humanos e materiais até aos locais onde deverá ser prestado o serviço;
- g) Indicar o responsável na empresa a quem, em qualquer momento, poderá ser solicitada a ordem para execução dos trabalhos;
- h) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante, sendo responsável por todas as infrações verificadas, em matérias que, contratualmente, sejam da sua responsabilidade;
- i) Prestar as informações que forem solicitadas pela Câmara Municipal de Arouca e comparecer a reuniões de trabalho com os representantes do Município sempre que solicitado;
- j) Comunicar à Câmara Municipal de Arouca, imediatamente após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
- k) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução;
- l) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação do serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial;
- m) Efetuar a prestação do serviço contratado, nos termos deste Caderno de Encargos.

- 2 - O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no art.º 419.º-A do CCP, na atual redação, por força do disposto no n.º 2 do art.º 451.º do mesmo diploma legal.
- 3 - O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, nos termos do disposto no n.º 2, artigo 1.º - A do CCP.
- 4 - O prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Arouca, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O prestador de serviços não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, salvo autorização expressa e escrita da entidade adjudicante.
- 4 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Arouca deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente exigido.

- 2 - O prestador de serviços não poderá imputar à entidade adjudicante custos pelas quantidades estimadas e não prestadas.
- 3 - O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

- 1 - Sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal no âmbito da execução dos contratos públicos, bem como, do disposto, transitoriamente no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o adjudicatário deverá, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do CCP, emitir faturas eletrónicas as quais devem conter imperativamente os seguintes elementos, sempre que aplicáveis:
 - a) Identificação do processo e da fatura;
 - b) Período de faturação;
 - c) Informações sobre o adjudicatário;
 - d) Informações sobre a entidade adjudicante;
 - e) Informações sobre a entidade beneficiária se distinta da anterior;
 - f) Informações sobre o representante fiscal do adjudicatário;
 - g) Referência do contrato;
 - h) Condições de entrega;
 - i) Instruções de pagamento;
 - j) Informações sobre ajustamentos e encargos;
 - k) Informações sobre as rubricas da fatura;
 - l) Totais da fatura.
- 2 - Os pagamentos far-se-ão, com a periodicidade mensal, se outra não for contratualmente estabelecida, no prazo máximo de 30 dias, mediante a apresentação, nos serviços da Câmara Municipal de Arouca, pelo prestador de serviços, das respetivas faturas que deverão ser emitidas após confirmação da prestação de serviços e mediante relatório dos trabalhos efetivamente realizados.

- 3 - Para efeitos do disposto no número anterior, fica o prestador de serviços obrigado a entregar nos serviços municipais competentes fatura ou documento equivalente nos primeiros 8 dias do mês seguinte ao que a prestação se refere, sob pena do vencimento da prestação se transferir para o 30º dia posterior ao da sua entrega.
- 4 - As faturas deverão ser devidamente discriminadas, indicando os serviços e o local onde o mesmo foi prestado.
- 5 - Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Arouca, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6 - Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
- 7 - Caso se verifiquem erros, as faturas serão rejeitadas e devolvidas ao adjudicatário para a respetiva correção e nova emissão, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no n.º2

Cláusula 9.ª

Penalidades

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente recusa de efetuar a prestação dos serviços, prestação dos serviços em incumprimento da periodicidade fixada, mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, por facto imputável ao adjudicatário, deverá a Câmara Municipal de Arouca exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Arouca tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

Cláusula 10.ª

Casos furtivos ou de força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das

partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
- 6 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
- 7 - Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior

a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do prestador de serviços, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, nomeadamente os constantes do CCP, a Câmara Municipal de Arouca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de comprovada má execução da prestação do serviço, quando o adjudicatário ou aqueles que se encontram ao seu serviço, revelarem perfil ou postura inadequadas ao exercício da mesma prestação dos serviços ou ainda no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
 - a. Atraso na execução dos serviços que ponha em causa a continuidade do serviço a prestar;
 - b. Atrasos reiterados relativamente a um ou mais serviços;
 - c. Prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem ou afetem a qualidade dos serviços a prestar;
 - d. Faltas graves de zelo e diligência na execução dos serviços;
 - e. Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
 - f. Quando o prestador de serviços se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.
- 3 - Nos casos previstos nos números anteriores, a Câmara Municipal de Arouca não está obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.
- 4 - O direito de resolução referido no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 12.^a

Execução do contrato

- 1 - As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da Lei.
- 2 - Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a entidade adjudicante.
- 3 - As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
- 4 - O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo esta, por sua vez, satisfazer os pedidos de informação formulados por aquele.
- 5 - Nos termos do disposto na alínea f), artigo 302.º e artigo 318.º - A, ambos do CCP, em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, pode a sua posição contratual ser cedida ao concorrente do presente procedimento que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial, de acordo com a classificação final das propostas apresentadas.

Cláusula 13.^a

Incumprimento do contrato

- 1 - No caso de o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve a entidade adjudicante notificá-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
- 2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, ou resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos previstos no CCP.

Cláusula 14.^a

Extinção do contrato

São causas de extinção do contrato, nos termos e casos previstos no CCP:

- a) O cumprimento, a impossibilidade definitiva e todas as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- b) A revogação por acordo entre as partes;
- c) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão da entidade adjudicante, nos termos previstos no CCP, designadamente a título sancionatório ou por razões de interesse público.

Cláusula 15.^a

Comunicações e notificações

- 1 - As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
- 2 - Para efeito do disposto no número anterior devem as partes identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telefone e o endereço postal.
- 3 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 4 - À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 16.^a

Gestor do contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, como gestor do contrato, é designada o Sr Norberto Augusto Rodrigues de Castro, Chefe da Divisão de Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Económico, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato.

Cláusula 17.^a

Proteção de dados pessoais

- 1 - Sempre que, na execução do contrato visado pelo presente caderno de encargos, e até ao seu termo, o adjudicatário venha a tratar dados pessoais em nome do adjudicante, quando este seja responsável pelo respetivo tratamento, aquele será havido para todos os efeitos como subcontratante, obrigando-se a apenas tratar as categorias de dados e com os meios e objetivos previstos no presente caderno, de acordo com o estabelecido no Regulamento (UE) 679/2016 (RGPD), designadamente nos seus artigos 24.º e seguintes, e em especial no artigo 28.º, no que respeita à segurança, à privacidade e a todos os outros aspetos aí regulados, assegurando garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.
- 2 - O adjudicatário só agirá, no que a esse tratamento de dados pessoais diz respeito, de acordo com as instruções escritas dadas pelo adjudicante, incluindo no que se refere ao envio para Terceiros e a prazos de conservação dos dados pessoais.
- 3 - O adjudicatário, fica obrigado a:
 - a) Fornecer ao adjudicante, sempre que solicitado, os detalhes relacionados com as medidas adotadas no sentido de cumprir com as suas obrigações no Tratamento de Dados e do referido Regulamento Europeu;
 - b) Assegurar que as pessoas por si autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade e/ou se encontram sujeitas às obrigações legais de confidencialidade adequadas;
 - c) Prestar assistência ao adjudicante, por todos os meios adequados a assegurar o cumprimento das disposições relativas aos direitos do titular dos dados, nomeadamente as constantes nos artigos 32.º a 36.º, incluindo a notificação de violação de dados sem demora injustificada;
 - d) Apagar todos os dados pessoais ou devolvê-los ao adjudicante, consoante a escolha deste, depois de concluir os serviços de tratamento de dados, e apagar as cópias existentes, a menos que a sua conservação seja exigida por Lei;
 - e) Disponibilizar ao adjudicante todas as informações necessárias à demonstração do cumprimento do referido regulamento;
 - f) Na contratação de outros subcontratantes, assegurar o cumprimento dos termos deste caderno, quanto ao tratamento de dados, também por esses subcontratantes;

- g) Sujeitar-se e colaborar nas auditorias que o adjudicante entenda levar a cabo na organização de dados do adjudicatário, por si, ou interposta entidade, tendo por objeto apurar do cumprimento do estabelecido neste caderno, no dito regulamento e em toda a legislação aplicável.
- 4 - Sempre que um titular de dados pessoais submeta ao adjudicatário um pedido para exercer o direito de acesso, retificação, apagamento, limitação ou portabilidade, respetivamente previstos nos artigos 15.º, 16.º, 17.º, 18.º e 20.º do RGPD, o adjudicatário reencaminhá-los-á de imediato para o adjudicante, que dará seguimento à satisfação do direito exercido. O adjudicatário notificará o titular dos dados pessoais, deste reencaminhamento.
- 5 - Em tudo o mais aqui não expressamente previsto quanto ao tratamento de dados pessoais, e tratamento deles por conta de outrem, aplicar-se-ão as regras supletivas do referido regulamento europeu e da legislação nacional atinente.
- 6 - O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

Cláusula 18.^a

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que o republicou e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 19.^a

Características da prestação de serviços

- 1 - A presente prestação de serviço visa a manutenção dos espaços verdes a que se referem os anexos ao presente Caderno de Encargos, nomeadamente a reposição e colocação de material vegetal e a reparação de todos e quaisquer danos, independentemente da sua origem, incluindo vandalismo, excetuando-se aqui os danos provocados por obras da responsabilidade do Município de Arouca ou outra entidade por ela mandatada.
- 2 - No âmbito do contrato, deverá o adjudicatário promover e implementar soluções ambientalmente corretas. Para o efeito, o adjudicatário deverá optar por soluções tecnologicamente atuais e inovadoras, que promovam o equilíbrio das diversas componentes ambientais, nomeadamente ao nível da qualidade da água, do ar, do ruído, do solo, entre outras, de forma a gerar menos impactes negativos e maximizar os impactes positivos decorrentes da prestação de serviços.
- 3 - O prestador de serviços deve ainda promover a correta gestão dos recursos hídricos decorrente das operações de rega e optar pela utilização de produtos químicos não ofensivos para o meio ambiente e promover a utilização de técnicas operacionais adequadas.
- 4 - Não obstante o referido nos números anteriores, o prestador de serviços deverá propor ao Município de Arouca a adoção de medidas que considere adequadas para garantir uma atividade ambientalmente correta.
- 5 - Serão considerados entre outros os seguintes indicadores de desempenho:
 - a) Altura da relva/prado nos jardins e zonas verdes superior ao previsto no Caderno de Encargos;
 - b) Presença de infestantes nos canteiros;
 - c) Existência de material vegetal morto nas zonas verdes alvo da prestação de serviço;
 - d) Afetação dos meios humanos e/ou mecânicos;
 - e) As reclamações de munícipes relativas ao estado de conservação e manutenção dos jardins e espaços verdes, validadas pelos serviços do Município de Arouca;
 - f) Consumo de água por zona verde.

6 - Os locais e periodicidade **previstos** para a prestação de serviços, objeto do presente procedimento são os seguintes:

Local	Freguesia	Periodicidade
Complexo Desportivo de Escariz	Escariz	Mensal
Rotunda do Cruzamento da Rua Principal com a Rua da Estrada Municipal 504	Escariz	Bimensal
Zona Industrial + Vila Pavão + Rua Escolas + Junta Freguesia	Escariz	Mensal
Rotunda do Romão	Fernedo	Bimensal
Espaço Verde do Loteamento de Cimo de Inha	Escariz	Mensal
Polo Escolar de Fernedo	Fernedo	Mensal
Praça Dr. Albano de Castro (Largo de Cabeçais)	Fernedo	Bimensal
Polo Escolar de Chave	Chave	Mensal
Escola Básica e Secundária de Escariz e Polo de Escolar de Escariz	Escariz	Mensal
Unidade de Saúde Familiar de Escariz	Escariz	Mensal
Polo Escola de Rossas	Rossas	Mensal
Zona de Recreio e Lazer de Albergaria da Serra - maio a julho	UF Cabreiros e Albergaria da Serra	Bimensal
Zona de Recreio e Lazer de Albergaria da Serra - agosto	UF Cabreiros e Albergaria da Serra	Semanal
Zona de Recreio e Lazer de Albergaria da Serra - setembro	UF Cabreiros e Albergaria da Serra	Bimensal
Zona de Recreio e Lazer de Albergaria da Serra - outubro a abril	UF Cabreiros e Albergaria da Serra	Mensal
Escola Secundária de Arouca e Pavilhão da ESA	UF de Arouca e Burgo	Mensal
Parque do Gondim - novembro a abril	UF de Arouca e Burgo	Bimensal
Parque do Gondim - maio a outubro	UF Arouca e Burgo	Semanal

Cláusula 20.^a

Pessoal

- 1 - O prestador de serviços deverá considerar as especificidades dos trabalhos a executar e a adequação da equipa de trabalho às necessidades efetivas para a realização dos trabalhos, para cumprimento do disposto nas cláusulas seguintes.
- 2 - O prestador de serviços deverá manter o número de elementos necessários à boa concretização dos trabalhos.
- 3 - O prestador de serviços é responsável por todas as obrigações relativas ao seu pessoal, pela disciplina e aptidão do mesmo, bem como pela reparação de quaisquer danos ou deteriorações de equipamentos, materiais, instalações e a terceiros, bem como de roubos que se provem serem por eles praticados.

- 4 - O pessoal deverá estar devidamente identificado e observar as regras previstas na legislação aplicável, nomeadamente utilizar vestuário e equipamentos de proteção individual adequados, de acordo com as normas de Higiene e Segurança no Trabalho e com a identificação da empresa à qual pertencem, incumbindo as sanções e encargos por incumprimento, ao prestador de serviços.

Cláusula 21.^a

Natureza e qualidade dos equipamentos

- 1 - O adjudicatário deverá afetar à prestação de serviços todo o equipamento, máquinas, ferramentas e viaturas necessários à boa execução dos trabalhos de acordo com o Caderno de Encargos, assim como possuir os mesmos em bom estado de conservação e limpeza.
- 2 - Todos os equipamentos, ferramentas, combustíveis e todos os demais consumíveis serão da responsabilidade do adjudicatário, bem como a arrecadação dos mesmos.

Cláusula 22.^a

Limpeza de papelerias e remoção dos resíduos

- 1 - O prestador de serviços deverá proceder à limpeza geral das zonas incluídas no contrato, de forma regular e com uma periodicidade semanal, salvo situações específicas pontuais que venham a ser identificadas pelo Município de Arouca.
- 2 - Todas as áreas ajardinadas, da responsabilidade do prestador de serviços, terão que apresentar constantemente um aspeto geral limpo, sem acumulações de resíduos urbanos (papéis, latas, cartões, plásticos, folhas, entre outros).
- 3 - A remoção de resíduos verdes resultantes de ações de manutenção, nomeadamente de ações de poda e de lixo, resultante das operações de limpeza e de corte de relva deverá ser efetuada pelo prestador de serviços no seguimento imediato ao da sua produção/obtenção, às suas custas, para local próprio, vazadouro ou aterro sanitário. O transporte de resíduos deverá obedecer às normas vigentes de transporte de resíduos.
- 4 - O adjudicatário não pode queimar na área de intervenção os resíduos resultantes das ações de manutenção, nomeadamente resultantes das operações de limpeza de poda e de corte de relva.

Cláusula 23.^a

Manutenção do sistema de rega

- 1 - Regularmente e sempre que necessário, deverá ser verificado o sistema de rega, nomeadamente a operacionalidade do sistema, a programação dos controladores de rega, carga das pilhas, afinação e regulação de aspersores e pulverizadores e, de um modo geral, o funcionamento de todos os elementos da rede.
- 2 - Qualquer anomalia relacionada com este equipamento deverá ser imediatamente resolvida e comunicada aos serviços do Município de Arouca.
- 3 - Nos locais onde a rega é por aspersão, o prestador de serviços deverá manter os aspersores sempre limpos, desentupidos e regulados de forma a garantirem uma rega uniforme e bem distribuída.
- 4 - Nas parcelas das áreas de intervenção que possuam sistema de rega gota-a-gota, o prestador de serviços deverá executar ações de limpeza de fim de linha dos tubos gotejadores para retirar a sujidade existente no seu interior.
- 5 - Nas operações descritas nos 2 números anteriores desta cláusula, o prestador de serviços deverá efetuar a medição das pressões de funcionamento, sendo que sempre que se verificar que as mesmas não são atingidas, para um adequado funcionamento do sistema de rega, o adjudicatário deverá informar os serviços do Município de Arouca.
- 6 - Nas situações em que existam sistemas de rega com filtragem, deverá o prestador de serviços efetuar a limpeza dos filtros, com a periodicidade necessária, que conduzam a uma maior eficiência de rega do sistema instalado, de forma a reduzir perdas de água e o escoamento de águas superficiais sobre as áreas pavimentadas.
- 7 - Sempre que se verifiquem deficiências de instalação, o prestador de serviços deverá informar os serviços do Município de Arouca, devendo este último proceder à alteração do sistema de rega, se assim o entender, sendo neste caso o encargo da responsabilidade do mesmo.
- 8 - É da responsabilidade do prestador de serviços a manutenção do bom estado de conservação do sistema de rega (considere-se depois da ligação à conduta principal ou ao contador se existir). O prazo máximo para a reparação das roturas é de dois dias, a contar da data do seu conhecimento.
- 9 - Nas áreas a manter, será obrigação do prestador de serviços proceder a todas as reparações necessárias nos sistemas de rega existentes, para que os mesmos se encontrem permanentemente a funcionar em pleno, ficando por sua conta todos os trabalhos de mão-de-obra.

- 10 - É da responsabilidade do Município de Arouca o fornecimento do material de rega para reparação dos sistemas de rega, não implicando quaisquer encargos para o prestador de serviços, salvo se a necessidade de substituição resultar de danos provocados por ação direta do pessoal afeto a si, sendo, neste caso, os custos integralmente da responsabilidade do prestador de serviços. Em ambas as situações, ficam por conta do prestador de serviços todos os trabalhos de mão-de-obra. O material danificado e retirado dos jardins deverá ser entregue mensalmente ao Município de Arouca e reportado nos Relatórios de Acompanhamento (RdA).

Cláusula 24.^a

Rega das zonas ajardinadas

- 1 - A operação de rega será efetuada sempre que o grau de humidade do solo não for suficiente para assegurar a vida e o normal desenvolvimento das plantas. A distribuição de água de rega deverá ser feita por aspersão ou gota-a-gota.
- 2 - Caso, em situação pontual se optar por efetuar rega manualmente, com mangueira, deve ser utilizado um espalhador tipo chuva, de modo a que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.
- 3 - Na prática, a rega será efetuada de acordo com o estado do tempo e com o grau de humidade do solo. Será da responsabilidade do prestador de serviços a programação dos tempos de rega necessários, devendo adaptá-la de acordo com a época do ano e com as condições atmosféricas existentes, com vista a uma correta distribuição e gestão da água, tendo em conta o aumento da eficiência de rega e a necessidade de redução dos consumos de água.
- 4 - Deverá haver um especial cuidado de modo a garantir que a rega incida nas zonas ajardinadas, devendo evitar-se a rega das zonas não ajardinadas, em particular zonas pavimentadas, edifícios, entre outras. De forma alguma, pode a rega incidir em vias de comunicação, nomeadamente estradas nacionais ou municipais.
- 5 - É expressamente proibida a manutenção de espaços ajardinados, especialmente relvados, sob um regime hídrico excessivo provocado por períodos de rega desadequados.
- 6 - Sempre que existirem programadores instalados, o período de rega, salvo situações excecionais, verificar-se-á durante o período noturno, com fracionamento das dotações diárias, de modo a evitar situações de escoamento superficial. Salvo indicação em contrário, toda a zona verde deve ser regada.
- 7 - Não deverá haver desperdício de água resultante de rega mal direcionada, de dotação excessiva, de período de rega incorreto ou outra causa cuja responsabilidade seja do adjudicatário.

- 8 - Quando existam árvores/arbustos que não sejam regados por sistema de rega, em caso de eventual penúria de água, deverão efetuar-se regas localizadas em caldeira, na Primavera, no Verão e no Outono (se as condições climatéricas o exigirem), com cerca de 10 dias de intervalo, conforme as necessidades climatéricas. A dotação de água deverá ser de aproximadamente de 50 litros / árvore.

Cláusula 25.^a

Fertilização

- 1 - Salvo situações excecionais, e na ausência de dados sobre a fertilidade da terra seguir-se-á a seguinte fertilização geral:
- a) **Relvados** - Todos os anos serão efetuadas duas adubações com adubo composto NPK (tipo Entec 20+10+10) á razão de 50 g/m², uma no início da Primavera (março) e outra no início do Outono (Outubro). A seguir à primeira adubação e com intervalos médios de mês e meio, far-se-ão mais três adubações de cobertura da mistura de 1/3 de adubo composto NPK (tipo Entec 20+10+10), com 2/3 de Adubo azotado (tipo Nitrolusal 20,5), á razão de 30 g/m² da mistura. A aplicação far-se-á alguns dias após o corte. O adjudicatário poderá propor a aplicação de outros fertilizantes, ficando sujeitos a aprovação do Município.
 - b) **Herbáceas e Arbustos** - Serão efetuadas duas adubações anuais de cobertura com adubo composto, doseando 100 g/m², a ter lugar no início da Primavera e do Outono. Após a monda e sacha do terreno, a incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior ou por distribuição direta junto à terra, entre os pés do material vegetal. Em zonas muito secas e pobres em matéria orgânica e sempre que o Município o determinar, far-se-á uma adubação orgânica em Fevereiro/Março (um mês a um mês e meio antes da fertilização química) com composto orgânico, a razão de 1 kg/m², que será incorporado no terreno por cava.
 - c) **Árvores em caldeira** - Será efetuada uma fertilização anual com adubo de libertação lenta, tipo 20-15-5 ou equivalente, em Fevereiro/Março, á razão de 200g por árvore.
 - d) **Prados** - Anualmente será efetuada uma adubação com adubo nitro-amoniacal a razão de 30 g/m² no início da Primavera (Março).
- 2 - O prestador de serviços poderá propor plano de fertilização anual alternativo, nomeadamente com recurso a adubos de libertação lenta, que será sujeito a avaliação e aprovação pelo Município de Arouca, devendo obrigatoriamente esta proposta de alteração ser efetuada por escrito.

- 3 - Todas as aplicações de fertilizantes serão planeadas com antecedência e aprovadas pelo Município de Arouca, podendo esta apresentar soluções alternativas com custos semelhantes.
- 4 - O Município de Arouca deverá ser informado antes do início da execução dos trabalhos de fertilização de modo a, se assim o entender, verificar a quantidade e método de aplicação dos fertilizantes.
- 5 - O fornecimento dos fertilizantes é da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 26.^a

Sachas e Mondas – Zonas arbustivas e herbáceas

- 1 - As zonas arbustivas e herbáceas deverão ser periodicamente sachadas e/ou mondadas sobretudo durante a Primavera e Outono, não sendo permitida a existência de infestantes numa percentagem superior a 10 %/m² ou infestantes com mais de 20 cm de altura.
- 2 - Sempre que se proceder a monda de herbáceas e arbustos deverá ser efetuada uma pequena mobilização superficial com sacho de forma a promover o arejamento do terreno, a infiltração de água e a incorporação de matéria orgânica e fertilizantes. Esta operação deverá ser antecedida de prévia remoção do revestimento que será imediatamente repostos uma vez esta operação terminada.
- 3 - Não será permitido o uso de herbicidas.

Cláusula 27.^a

Podas de árvores e arbustos

- 1 - Em caso algum será permitido o corte da guia terminal das árvores, assim como podas de atarraque. O arvoredado deverá manter-se com as suas formas naturais.
- 2 - Anualmente, sob orientação do Município de Arouca, durante o período de repouso vegetativo serão suprimidos pela base os ramos secos, partidos, doentes ou que ameacem desequilibrar o normal desenvolvimento da planta, com vista a manter-se a sua silhueta natural. De igual modo, neste período proceder-se-á à eliminação progressiva (de baixo para cima) de ramos com inserção até 2,5 m nas árvores de folha caduca, salvo em espécies cuja forma natural contrarie esta situação.
- 3 - Excetuando a operação descrita no ponto anterior, não é permitido qualquer outro corte no arvoredado, excetuando o corte de ramos secos, restos de ramos secos, ou quebrados.

- 4 - Relativamente a arbustos, deverá o adjudicatário executar limpezas de ramos secos ou doentes, e de ramos com crescimento desproporcional com o fim de conduzir o exemplar segundo a sua forma natural, e fazer a manutenção das sebes existentes. Os arbustos de flor deverão ser podados de acordo com a sua natureza e especificidade, no sentido de produzirem floração mais intensa e vistosa.
- 5 - Nunca sem o consentimento do Município de Arouca, o adjudicatário tomará iniciativas de condução de arbustos sob uma forma artificial, quer seja para formação de sebes, quer seja para aproximação a formas arbóreas.
- 6 - Se o adjudicatário efetuar qualquer poda da qual resulte um aspeto definitivamente mutilado da árvore ou arbusto, deverá replantar um exemplar da mesma dimensão e porte.

Cláusula 28.^a

Limpeza das zonas arborizadas e de sequeiro

- 1 - O revestimento que se desenvolve sob o coberto arbóreo, tipo bosque, deverá ser limpo e eliminado pelo menos três vezes por ano, no Outono e na Primavera, nas épocas mais adequadas, e sempre que solicitado pelo Município de Arouca.
- 2 - No caso de se verificar o previsto no número anterior, o prestador de serviços terá 10 dias para executar corretamente a limpeza destas zonas.

Cláusula 29.^a

Corte de sebes

- 1 - As sebes serão cortadas sempre que necessário, de modo a adquirirem o porte e a forma desejada, e um desenvolvimento uniforme e denso. Ter-se-á atenção especial em relação às podas de formação de sebes jovens e recém-plantadas. No ano de plantação proceder-se-á a uma poda severa e no segundo ano, reduzir-se-ão os ramos principais a metade, de forma a manter a densidade de crescimento.
- 2 - Utilizar-se-ão métodos mecânicos ou manuais de acordo com o tipo de sebe e o seu desenvolvimento.
- 3 - Não será permitido em caso algum, a introdução de quaisquer formas ou escadeados nas sebes existentes.

Cláusula 30.^a

Operações de manutenção de relvados

1 - Para além das operações já referidas, de rega e fertilização, existem outras operações a realizar na manutenção dos relvados:

a) **Corte**

- i. O corte de relva será executado com rigor e regularidade, para que o relvado apresente um aspeto cuidado e bem tratado.
- ii. O corte deverá ser feito mecanicamente, podendo usar-se máquinas de lâminas helicoidais (preferencialmente) ou rotativas, com largura média de corte de 50 cm, ou de acordo com a dimensão e largura médias dos relvados.
- iii. As lâminas das máquinas deverão estar sempre muito bem afiadas de forma a executarem um corte de qualidade (em que as folhas das plantas cortadas não apresentem fibras de lenhina).
- iv. Em parcelas cuja dimensão não permita o corte de relva com as máquinas acima referidas ou em relvados instalados em taludes, os cortes serão feitos com máquinas adequadas.
- v. A frequência de corte depende sobretudo das condições climatéricas, da frequência de rega e de fertilização. Na Primavera e Verão os cortes deverão ser mais frequentes, prevendo-se que nesta época se façam cortes semanais. A relva será sempre cortada seca, pelo que se deverá ter atenção especial à programação dos sistemas de rega automática, evitando-se o corte dos relvados nos períodos de maior precipitação.
- vi. A relva deverá apresentar uma altura homogénea de 3 a 5 cm, nunca superior a 7 cm nem inferior a 2 cm e terá uma cor uniforme sem manchas. O aumento da frequência dos cortes de relva elimina a maior parte das infestantes e reduz o efeito das diferenças de coloração nos relvados, cuja causa principal é o grande número de infestantes.
- vii. Sempre que necessário ou segundo indicações do Município de Arouca, no mínimo três vezes por ano, deverá ser efetuado o corte dos rebordos dos relvados, com pá francesa ou máquina apropriada, para evitar a invasão dos caminhos e canteiros adjacentes.
- viii. Caso ocorram danos irreversíveis no relvado, devido ao não cumprimento das operações de corte de relva, por facto imputável ao adjudicatário, o Município de

Arouca poderá rescindir o contrato, tendo o direito a uma indemnização nos termos gerais de direito.

b) Controlo de Infestantes, Pragas e Doenças

- i. Sempre que necessário, poderá o prestador de serviços, proceder à aplicação de herbicidas seletivos previamente aprovados pela fiscalização do Município de Arouca ou à execução da monda manual, devendo cumprir rigorosamente as disposições legais nomeadamente a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na redação em vigor.
- ii. O adjudicatário deverá remover as manchas de trevo ou outras infestantes com uma área superior a 0,5 m². Posteriormente, estas deverão ser mondadas e ressemeadas no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da notificação pelo Município de Arouca para o efeito.
- iii. Se, se verificarem manchas no relvado resultantes de doenças, sobretudo no fim da Primavera e do Verão, deverá o adjudicatário informar de imediato, por escrito, o Município de Arouca da ocorrência, juntamente com o tratamento preconizado para a sua correção, a implementar pelo prestador de serviços.

c) Arejamento, escarificação, rolagem e ressementeira de relvados

- i. O arejamento dos relvados, superficial e/ou em profundidade, será efetuado sempre que necessário. Sempre que se verifique que superficialmente se forma uma camada tipo feltro, que dificulta a circulação de ar e água esta deverá ser rasgada de modo a permitir o normal desenvolvimento das raízes. De igual modo, em profundidade, sempre que se verifique a existência de uma camada compacta de solo, esta deverá ser destruída. Sempre que estas situações ocorram, torna-se necessário promover o arejamento do relvado, cabendo ao Município de Arouca a indicação quanto à necessidade de se efetuar esta operação.
- ii. A escarificação deverá ser feita pelo menos duas vezes por ano, depois do Inverno e após o Verão, ou quando o Município de Arouca der indicação nesse sentido.
- iii. A determinação da necessidade de se efetuar a rolagem dos relvados cabe ao Município de Arouca e devendo o adjudicatário efetuar esta operação. Não serão admitidas peladas numa percentagem superior a 10%/m², ou seja, peladas com área superior a um quadrado com 0,25 m de lado.
- iv. A ressementeira dos relvados e/ou a colocação de tapetes de relva deve efetuar-se em condições climatéricas frescas ou húmidas, naturais (Primavera e Outono) ou

artificiais (rega), para que a relvado possa recuperar rapidamente. Não deverá, no entanto, haver uma humidade excessiva.

- v. As ressementeiras e reposições com tapete de relva deverão ocorrer logo a seguir ao corte da relva.
- vi. O lote de sementes a utilizar seguirá o respetivo plano de sementeira, ou na ausência deste, a mistura indicada pelo Município de Arouca, numa densidade de 50 g/m² ou outra densidade indicada pelo Município.
- vii. O fornecimento da semente é da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 31.^a

Operações de manutenção de prados

1 - Para além das operações de rega, fertilização e limpeza já referidas, relativamente aos prados, são ainda necessárias as seguintes operações:

a) Corte:

- i. Sendo o prado uma zona com menos manutenção do que os relvados, a frequência do corte também é mais reduzida.
- ii. Tratando-se de uma zona de prado constituída maioritariamente por trevo, deverá ser sujeita a 1 (um) ou 2 (dois) cortes anuais.
- iii. As zonas de prado com maior diversidade florística e revestimento natural deverão ser sujeitas a 4 (quatro) ou 5 (cinco) cortes anuais, devendo estes ser concentrados no período da Primavera e Verão.
- iv. Periodicamente, num mínimo de 3 (três) vezes por ano, deverá ser efetuado o corte do rebordo das zonas de prado, com pá francesa ou máquina apropriada, para evitar a invasão dos caminhos e canteiros adjacentes.

b) Ressementeira:

- i. Todas as peladas existentes no prado, mesmo que resultem de obras, deverão ser ressemeadas.
- ii. Todos os trabalhos de ressementeira dos prados devem efetuar-se em condições climatéricas frescas e húmidas, naturais (Primavera e Outono) ou artificiais (rega), para que o prado possa recuperar rapidamente. Não deverá, no entanto, haver uma humidade excessiva no solo.

- iii. O lote de sementes a utilizar seguirá o respetivo plano de sementeira, ou na ausência deste, a mistura indicada pelo Município de Arouca, numa densidade de 60 g/m² ou outra densidade indicada pelo mesmo.
- iv. O fornecimento da semente é da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 32.^a

Operações de manutenção de árvores

1 - Árvores:

- a) Para além das normais operações de rega e fertilização, será necessário efetuar uma poda de formação e condução das árvores, de acordo com a espécie em questão, de forma a salvaguardar e intensificar a floração e frutificação.

2 - Proteção do colo:

- a) É da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e a colocação de protetores no colo das árvores existentes em relvado ou nos prados. Os protetores deverão ser em tubo maleável (tipo tubo canelado), de cor verde e deverão ter um diâmetro superior em 2 cm, relativamente ao tronco da árvore, e uma altura que não poderá exceder os 10 cm, de modo a não estrangular o tronco. Sempre que esta folga for eliminada pelo crescimento da árvore, terá de se proceder a substituição da proteção para repor a folga necessária.
- b) Não é permitido qualquer tipo de lesão no colo das árvores proveniente de operações de manutenção dos relvados ou dos prados. O surgimento de lesões recentes em qualquer parte da árvore, principalmente no colo, que passe a condicionar a sua viabilidade de crescimento ou provoque a morte da árvore, implica a sua substituição por exemplar da mesma variedade e de porte idêntico, no prazo máximo de 10 dias úteis após a notificação do Município.

Cláusula 33.^a

Retanchas e substituições

1 - Sempre que uma planta morre (quer seja um exemplar arbóreo, arbustivo ou herbáceo), deve ser imediatamente substituída por um exemplar novo, de modo a que não exista qualquer tipo de lacuna nas zonas ajardinadas.

2 - As obrigações a cargo do prestador de serviços relativas a retancha, ou seja, à reposição de todas as plantas danificadas e mortas no decurso de uma deficiente manutenção, entram em vigor no momento

em que as lacunas existentes nos ajardinamentos à data deste contrato estejam preenchidas. Se, no início da prestação de serviços, houver lacunas a preencher, deverá o Município de Arouca proceder à entrega das plantas necessárias para que o prestador de serviços execute o trabalho de plantação. O fornecimento das plantas é da responsabilidade do Município de Arouca, salvo situações de danos causados por manutenção deficitária, em que esta será da responsabilidade do adjudicatário. Após esta data, o fornecimento de plantas para trabalhos de retanchas seguirá as normas gerais anteriormente estipuladas:

1 - Árvores:

- a) O arranque da árvore morta deverá ser efetuado eliminando todos os resíduos de raízes, especialmente se a causa da morte tiver sido doença. Caso se justifique, dever-se-á aguardar um período de quarentena, e proceder a uma desinfecção do local com fitofármaco adequado.
- b) Para a plantação de uma nova árvore, abrir-se-á uma cova com 1m de profundidade e 1m de lado ou diâmetro, procedendo-se à colocação do(s) tutor(es), de acordo com o sistema previsto, em cujo centro será plantada a árvore.
- c) Na plantação da árvore será feita uma fertilização da cova de plantação, à razão de 0 10 kg de composto orgânico por cada cova, acrescido de 1 kg de adubo composto, efetuando-se de imediato à plantação a primeira rega.
- d) A planta será ligada ao(s) tutor(es), com atilho em material elástico, de preferência borracha, tendo o cuidado de proteger o sítio da ligadura com serapilheira ou qualquer outro material apropriado para evitar ferimentos.
- e) O Município poderá solicitar a substituição de tutores, nomeadamente, quando estão danificados ou quando são simples e a planta necessita de mais tutores. Os tutores deverão ser de madeira tratada.

2 - Arbustos:

- a) Após o arranque do arbusto morto e respeitadas as necessárias medidas cautelares, procede-se a abertura de uma cova com um mínimo de 0,40 m de profundidade e 0,40 de largura ou diâmetro, seguindo-se todos os cuidados para a plantação das árvores, no que respeita a fertilização, profundidade de plantação, primeira rega e tutoragem.
- b) No âmbito da manutenção, pode o Município de Arouca determinar a necessidade de levantar manchas inteiras de arbustos e proceder de novo a sua instalação, efetuando a mobilização e regularização do terreno, adubação e plantação, segundo os preceitos anteriormente descritos para a plantação, para aumentar o vigor das mesmas. Este procedimento será eventual, com uma frequência nunca superior a uma vez por ano, para

cada mancha, e a sua ocorrência será determinada pelo Município em função do estado vegetativo das manchas de arbustos. Sempre que o Município assim o determine, deve o prestador de serviços proceder ao seu levantamento e replantação se o seu estado vegetativo o permitir.

3 - Herbáceas vivazes:

- a) Antes da reposição das herbáceas, dever-se-á proceder à preparação do terreno, tendo em conta todos os procedimentos normais para execução deste tipo de trabalhos. Deverá ter lugar uma mobilização superficial do terreno, e uma ancinhagem para a retirada de torrões e pequenas pedras, e uma regularização do terreno. Segue-se uma fertilização de composto, à razão de 2,5 kg/m², acrescido de 0,15 kg/m² de adubo composto em qualquer das modalidades anteriores. Os fertilizantes serão espalhados uniformemente a superfície do terreno e incorporados neste por meio de cava.
- b) As plantas deverão ser dispostas respeitando os compassos de plantação previstos em projeto de plantação ou com compasso de plantação triangular regular com 0,15 a 0,30 m de lado, conforme as espécies a empregar ou segundo indicações do Município de Arouca. No que respeita a profundidade da plantação, facto importante no êxito desta operação, deverão ser tomados os cuidados e exigências próprios de cada espécie. Terminada a operação seguir-se-á a primeira rega, com distribuição de água bem pulverizada e distribuída. Quando o terreno se apresentar seco e sobretudo em tempo quente, dever-se-á fazer uma rega antes da plantação.
- c) Pode o Município de Arouca determinar a necessidade de levantar manchas inteiras de herbáceas e proceder de novo a sua instalação, efetuando a mobilização e regularização do terreno, adubação e plantação, segundo os preceitos anteriormente descritos para a plantação, para aumentar o vigor das mesmas. Este procedimento será eventual e terá uma frequência nunca superior a uma vez por ano, para cada mancha, e a sua ocorrência será determinada pelo Município em função do estado vegetativo das manchas de herbáceas. Sempre que o mesmo assim o determine, deve o adjudicatário proceder ao seu levantamento e replantação se o seu estado vegetativo o permitir.
- d) Dependendo da natureza das herbáceas, pode ser necessário aparar e condicionar o crescimento desmesurado ou intensificar a floração daquelas. Sempre que tal se verificar deve o adjudicatário informar o Município das suas intenções.

Cláusula 34.^a

Tratamentos fitossanitários

- 1 - O adjudicatário não poderá efetuar quaisquer tratamentos fitossanitários sem a aprovação do Município de Arouca.
- 2 - Sempre que se torne necessário, o adjudicatário deverá dar conhecimento, discriminando o local onde o problema se verifica, identificando o mesmo, discriminando o tipo de tratamento a efetuar e alertando para situações específicas relevantes.
- 3 - Aquando da sua aplicação em zonas de maior sensibilidade deverá o adjudicatário proceder obrigatoriamente à colocação de avisos informativos, nos termos da legislação sobre o assunto em vigor, previamente aprovados pelo Município de Arouca, que deverão ser retirados após a cessação do efeito dos mesmos.
- 4 - O fornecimento e aplicação dos produtos fitofármacos necessários a uma boa manutenção é da responsabilidade do adjudicatário, devendo cumprir rigorosamente as disposições legais nomeadamente a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na redação em vigor.
- 5 - Todos os cuidados na sua aplicação deverão ser seguidos nomeadamente no que diz respeito a dosagem, época de aplicação, estado do tempo e modo de aplicação. As zonas ajardinadas não deverão sofrer por erros na aplicação de herbicidas.
- 6 - Aquando da aplicação de produtos fitofármacos em zonas de maior sensibilidade deverá o adjudicatário proceder obrigatoriamente à colocação de avisos informativos, nos termos da legislação sobre o assunto em vigor, previamente aprovados pelo Município de Arouca, que deverão ser retirados após a cessação do efeito dos mesmos.
- 7 - O fornecimento e aplicação dos produtos fitofármacos necessários a uma boa manutenção é da responsabilidade do adjudicatário, devendo cumprir rigorosamente as disposições legais nomeadamente a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na redação em vigor.
- 8 - O Município de Arouca deverá ser informado, por escrito, antes da execução de cada tratamento, dos locais, datas e produtos a aplicar em cada caso.

Cláusula 35.^a

Manutenção, Monda e Limpeza de Áreas Pavimentadas, Caminhos, Gravilhas, Saibros ou Outras estruturas

Ficará a cargo do adjudicatário a eliminação de infestantes que surjam em caminhos e áreas pavimentadas, muros, lancis, e noutros locais relacionados com peças de construção civil na área afeta a

manutenção. A eliminação destas será efetuada mecânica ou quimicamente de acordo com a conveniência do adjudicatário. Os produtos fitossanitários a aplicar e a sua aplicação deverá cumprir rigorosamente as disposições legais nomeadamente a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na redação em vigor. Não poderão ainda ter ação residual superior a 2 meses. Esta operação efetuar-se-á sempre que necessário, num mínimo de 2 vezes por ano.

Cláusula 36.^a

Espaços de jogo e recreio

- 1 - Deverá o Adjudicatário proceder periodicamente à limpeza das áreas públicas de recreio infantil inseridas nos espaços objeto do Caderno de Encargos e do contrato.
- 2 - O adjudicatário não poderá efetuar quaisquer tratamentos fitossanitários nestas áreas.

Cláusula 37.^a

Natureza e Qualidade dos Materiais

1 - Terra Viva:

A terra a usar em reparações de zonas verdes, retanchas e ressementeiras deve ser proveniente da camada superficial de terrenos da mata ou da camada arável de terrenos agrícolas. Deve apresentar textura franca, e será isenta de pedras, torrões, raízes e de materiais estranhos provenientes da incorporação de lixos.

2 - Tapete de relva:

O tapete de relva a colocar nas reposições de peladas dos relvados tem de ser constituído por variedades de natureza idêntica à existente no local, de forma a minimizar a diferença visual. Todo o tapete de relva a utilizar nas zonas de intervenção deve apresentar um raizame bem desenvolvido e cor uniforme, de acordo com a espécie, sem manchas amareladas e tem de estar são, isento de qualquer doença ou praga.

3 - Tutoros:

- a) A tutoragem deverá ser feita com varas de pinho, preferencialmente em bi-pé. O diâmetro das varas deverá ser de 0.08 m com uma superfície regular, diâmetro uniforme e tratadas por imersão em solução de sulfato de cobre a 5%, durante pelo menos duas horas.
- b) A amarração ao tripé far-se-á em três pontos (um para cada vara) com atilhos de ráfia, sisal ou de outros materiais, designadamente, de plástico, com resistência e elasticidade suficientes para a função pretendida, sem danificar as plantas.

4 - Sementes:

Os lotes de sementes a empregar deverão respeitar as misturas originalmente utilizadas, ou segundo indicação do Município de Arouca e terão o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.

Cláusula 38.^a

Gestão de Atividades

1 - Vistorias:

- a) O Município de Arouca reserva-se o direito de, durante e após a execução dos trabalhos, e sempre que o entender, levar a efeito vistorias a fim de verificar se a manutenção dos espaços, objeto do contrato, está a ser realizada de acordo com o estipulado no mesmo.
- b) O Município de Arouca poderá confirmar se o adjudicatário está a cumprir o plano de atividades acordado, nomeadamente quanto ao método de trabalho, vestuário, equipamento de segurança, competência, ritmo de trabalho e conduta para aferir se se encontram reunidas as condições exigidas no presente Caderno de encargos.
- c) Quando pelo Município de Arouca forem detetados incumprimentos, ou zonas nas quais os trabalhos não são executados corretamente, segundo os preceitos técnicos estabelecidos no contrato ou em obediência ao Município, o adjudicatário será notificado nos termos legais.

2 - Plano de atividades (PdA):

- a) O adjudicatário deverá apresentar, até ao final de cada trimestre, o Plano Trimestral de Atividades (PTA) previstas para o trimestre seguinte. Neste documento escrito o adjudicatário dará conhecimento ao Município de Arouca, dos trabalhos previstos e que se propõe executar no período de três meses, correspondente.
- b) O PTA deve referir a intenção do adjudicatário no cumprimento do contrato, especificando de forma objetiva, clara e percetível a distribuição dos efetivos e os espaços que tenciona intervir, bem como as ações de manutenção a efetuar em cada semana do mês correspondente.
- c) Qualquer alteração relativa a distribuição de efetivos ou nos espaços deverá ser comunicada ao Município de Arouca, a menos que não tenha havido possibilidade de previsão e, nesse caso, deverá ser referida no Relatório Mensal de Atividades (RMA).

- d) Deve também ser indicado no PTA a previsão do material a fornecer pelo Município de Arouca no trimestre subsequente, a fim de ser possível a organização atempada das requisições.
- e) Fica salvaguardada do ponto anterior a situação de ocorrências imprevisíveis, como situações de acidentes de trabalho ou avarias de máquinas ou equipamentos. Neste caso, a informação deverá ser comunicada ao Município de Arouca, na altura da ocorrência e referida no RMA.
- f) O PTA deverá ser entregue e discutido na reunião mensal a realizar nos termos do presente Caderno de Encargos, e que com esta coincida.

3 - Relatório mensal de atividade (RMA):

- a) O adjudicatário deverá apresentar mensalmente Relatório Mensal de Atividades (RMA), em que dará conhecimento por escrito ao Município de Arouca, dos trabalhos/tarefas executados por zona no período de um mês, especificando o dia da sua execução, periodicidade, meios envolvidos, quantidade de materiais utilizados (fertilizantes, elementos de rega e outros). Terá ainda de constar neste relatório todo o tipo de anomalias/incidentes, com indicação da frequência e número de vezes verificadas, as dificuldades sentidas no desenvolvimento das operações, inutilizações de equipamentos e materiais, atos de vandalismo, entre outros. Este documento deverá ainda incluir o mapa que traduza a programação e respetivos tempos de rega dos circuitos de rega existentes.
- b) O RMA deverá ser apresentado até ao dia 9 do mês seguinte àquele a que diz respeito. Nele deverão ser referidas alterações ao PTA apresentado para o trimestre em questão, bem como a lista do material entregue pelo Município de Arouca no mesmo período de tempo, e respetivo local de destino/aplicação.
- c) O RMA deverá ser entregue e discutido na reunião mensal prevista no presente Caderno de Encargos.

4 - Outros relatórios:

- a) O adjudicatário deverá apresentar Relatório Anual, até ao final do primeiro mês do ano civil seguinte, com as seguintes indicações obrigatórias:
 - i. Atividade desenvolvida durante o ano
 - ii. Elaboração de documento com indicação, por zona, do nº cortes anuais efetuados, nº de fertilizações anuais efetuadas, nº de reposições efetuadas por zona com indicação do material da quantidade de material reposto, nº e tipo de intervenções de manutenção do sistema de rega efetuadas, quantidade de fertilizantes por tipo utilizado.

- iii. Indicação do nº reclamações recebidas e nº de reclamações tratadas.
- b) O adjudicatário deverá comunicar de imediato, ao Município de Arouca, por escrito, sempre que se verifiquem anomalias e falta de condições de segurança, registadas durante a prestação dos serviços, explicando os seus motivos.

5 - Reunião mensal:

- a) Mensalmente será realizada uma reunião, entre o Município de Arouca e o adjudicatário, para análise do ponto da situação, na qual estarão presentes ou representadas, as pessoas que ambas as partes indicarem nos termos do caderno de Encargos.
- b) A reunião a que se refere o número anterior realizar-se-á até ao dia 10 de cada mês, sendo verificado o relatório mensal de atividades do mês anterior e, analisado e validado, ou atualizado, conforme o caso, o Plano Trimestral de Trabalhos proposto, com exceção do primeiro e do último período do contrato.
- c) A reunião mensal não poderá ser invocada como justificativa de não transmissão imediata de qualquer informação ao Município de Arouca.
- d) Sempre que se justifique e que seja solicitado por parte do Município de Arouca, serão efetuadas reuniões intercalares.

6 - Elemento representante:

- a) O adjudicatário deverá nomear um elemento que o represente, e que será o elemento de diálogo com o Município de Arouca, relativamente a assuntos técnicos e processuais da prestação de serviços, devendo em caso da sua substituição temporária ou definitiva, ser comunicada ao Município de Arouca a identificação do substituto. De igual modo o Município indicará um elemento para a representar.

Cláusula 39.^a

Fiscalização pela entidade adjudicante

Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à necessária fiscalização, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender os trabalhos.

Arouca, março de 2025

ANEXO

Plantas de localização

Zona 1: Escola Secundária de Arouca e Pavilhão da ESA

Zona 2: Pólo Escolar de Rossas

Zona 3: Zona de Recreio e Lazer de Albergaria da Serra

Zona 4: Pólo Escolar de Chave

Zona 5: Escola Básica e Secundária de Escariz e Pólo de Escolar de Escariz

Zona 6: Unidade de Saúde Familiar de Escariz

Zona 7: Rotunda do Cruzamento da Rua Principal com a Rua da Estrada Municipal 504

Zona 8: Zona Industrial + Vila Pavão + Rua Escolas + Junta Freguesia Escariz

Zona 9: Complexo Desportivo de Escariz

Zona 10: Rotunda do Romão

Zona 11: Espaço Verde do Loteamento de Cimo de Inha – Escariz

Zona 12: Pólo Escolar de Fermedo

Zona 13: Praça Dr. Albano de Castro (Largo de Cabeçais)

Zona 14: Parque do Gondim